

Município de Rio Pomba
Av Raul Soares, 15 Centro
Rio Pomba

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0306/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0138/ 2018**

OBJETO: Registro de preço para contratação de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e/ou Microempreendedor Individual (MEI) aquisição de aquisição de material hidráulico e esgoto para as atividades da Secretaria Municipal de Obras.

ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:

Dia 10/01/2019 às 09:00 horas (horário de Brasília).

O encaminhamento das propostas deverá ser efetuado até a data e horário fixado para abertura das Propostas Comerciais.

ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO PRESENCIAL:

Dia 10/01/2019 às 09:00 horas (horário de Brasília).

Não havendo expediente na data supracitada, a data limite para encaminhamento das Propostas Comerciais e a data para a sessão do Pregão ficarão prorrogadas para o primeiro dia útil subsequente, nos mesmos horários.

CONSULTAS E ESCLARECIMENTOS AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES:

Na sede da Prefeitura Municipal de Rio Pomba, localizada na Av Raul Soares, 15 centro, Rio Pomba.

PREÂMBULO

O MUNICIPIO DE Rio Pomba - Estado de Minas Gerais, com endereço à Av Raul Soares, 15, centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.744.434/0001-07, torna público a abertura do **Processo Licitatório nº 0306/2018**, na modalidade **Pregão Presencial nº 138/2018**, pelo sistema de registro de preços do tipo menor preço por item, regido pela Lei Federal 10.520, de 17/7/2002, Lei Federal nº. 8.666/93 de 21/06/1993, Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006 e demais condições fixadas neste edital, para aquisição de material hidráulico e esgoto para as atividades da Secretaria Municipal de Obras , conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

-
- 1** - O Pregão será realizado em sessão pública.
 - 2** - Os trabalhos serão conduzidos pela Pregoeira Carla Nolasco Martins Vieira Coimbra, da Prefeitura Municipal de Rio Pomba e Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 089/2018.
 - 3** - O prazo para assinatura do contrato decorrente do procedimento licitatório em epígrafe será de 05 (cinco) dias úteis a contar do ato de convocação do licitante vencedor, conforme dispõe o artigo 64 da Lei Federal nº 8.666/93.

II - OBJETO

1- Registro de preços para contratação de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e/ou Microempreendedor Individual (MEI) para aquisição de material hidráulico e esgoto para as atividades da Secretaria Municipal de Obras, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste

Município de Rio Pomba
Av Raul Soares, 15 Centro
Rio Pomba

instrumento, com vigência de 12 meses, conforme especificações contidas no Anexo I, deste edital.

III - ÁREA SOLICITANTE

Secretaria Municipal de Obras.

IV – CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

- 1 - Cópia deste edital encontra-se disponível na *sede* da Prefeitura.
- 2 - As empresas e/ou representantes que tiverem interesse em participar do certame obrigam-se a acompanhar as publicações referentes ao processo no *site*, bem como as publicações nos jornais quando for o caso, com vista a possíveis alterações e avisos, bem como decisões de recurso e impugnações.
- 3 - Os pedidos de esclarecimentos sobre o edital poderão ser encaminhados via fac-símile ou através do email licitacaoopmrp@gmail.com.
- 3.1 - As respostas do Pregoeiro às solicitações de esclarecimentos serão encaminhadas por *e-mail*, ou enviadas por escrito.
- 4 - Impugnações aos termos do Edital poderão ser interpostas por qualquer pessoa interessada no certame, protocolizadas no Departamento de Protocolo e Registro Administrativo, situado à Av Raul Soares, 15, a partir da publicação do aviso do edital desde que encaminhada com **antecedência de até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, conforme artigo 41 § 1º da Lei Federal n.º 8.666/93**, dirigidas ao Pregoeiro Oficial, que deverá decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 4.1– A administração não se responsabilizará por impugnações endereçadas via postal ou por outras formas, entregues em locais diversos do mencionado no item acima, e que, por isso, não sejam protocolizados no prazo legal.
- 4.2– A decisão do Pregoeiro será enviada ao impugnante via fac-símile ou email, e será afixada no quadro de aviso da para conhecimento de todos os interessados.

V - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

1 – Poderão participar da presente licitação somente empresas enquadradas como ME e EPP conforme Lei Geral nº123/2006 e Lei Complementar 147/2014 sendo assim EXCLUSIVO, com CNPJ compatível ao ramo de atividade da licitação.

2-Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto licitado, que atendam às condições de habilitação estabelecidas neste instrumento convocatório.

3 - Os licitantes deverão manifestar, em campo próprio do aplicativo, que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, a teor do art. 9º, alínea “a” do Decreto Estadual nº 44.786/08.

- 4 - Não poderá participar da presente licitação empresa:
- 4.1 - suspensão de participar em licitação e impedida de contratar com o Município;
 - 4.2 - declarada inidônea para licitar ou contratar com quaisquer órgãos da Administração Pública;
 - 4.3 - em consórcio;
 - 4.4 - com falência decretada.
- 5 - Não poderá participar da execução do objeto, servidor ou dirigente do MUNICÍPIO
- 6 - A observância das vedações dos itens anteriores é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, sujeita-se às penalidades cabíveis.

VI - PROPOSTA COMERCIAL

- 1 - A Proposta Comercial deverá ser feita detalhando os preços unitários de cada item.
- 1.1- Os valores deverão ser expressos em moeda corrente do país, com no máximo 2 (duas) casas decimais.
 - 1.2- A proposta e os lances apresentados pelo licitante deverão referir-se ao item.
 - 1.3 - A Proposta Comercial terá validade por, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
 - 1.4 - Caso esse prazo não esteja expressamente indicado na Proposta Comercial, o mesmo será considerado como aceito para efeito de julgamento.
 - 1.5 - Será disponibilizado aos licitantes um programa específico para elaboração da proposta.
 - 1.5.1 As propostas deverão ainda ser encaminhada para a Comissão de Licitação impressa, e também através de meios magnéticos
 - 1.5.2 **SOMENTE SERÃO ACEITAS AS PROPOSTAS QUE FOREM REALIZADAS NO PROGRAMA ESPECIFICO, AS DEMAIS SERÃO DESCLASSIFICAS. É NECESSÁRIO QUE A PROPOSTA SEJA ENTREGUE IMPRESSA E TAMBÉM ATRAVÉS DE MEIOS MAGNETICOS.**
 - 1.6 - Toda a especificação estabelecida para o objeto será tacitamente aceita pelo licitante, no ato da entrega de sua Proposta Comercial.
 - 1.7 - O encaminhamento da Proposta Comercial pressupõe pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas neste Edital.
 - 1.8 - O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Pregão Presencial, assumindo como firme e verdadeira sua proposta e lances.

VII - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

- 1 – Os documentos necessários á habilitação poderão ser apresentados em original, ou qualquer processo de cópia autenticada através de cartório competente, ou publicação em órgão da imprensa oficial ou de cópias, desde que acompanhadas dos originais para conferência pelo Pregoeiro ou sua equipe de apoio.
- 2 - O licitante que ofertar o menor preço deverá apresentar a documentação

abaixo relacionada:

2.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

I - Comprovação de que o objetivo social do licitante permite executar o objeto licitado através da apresentação do documento especificado no art. 28 da Lei Federal 8.666/93, de acordo situação jurídica do licitante e legislação própria, incluindo alterações existentes e, se for o caso, devidamente registrados ou autorizados por órgão competente constituído por um dos seguintes tipos de documentos:

a) Registro comercial, no caso de empresa individual

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social, em vigor, devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

c) inscrição de ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e de ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

2.2 REGULARIDADE FISCAL

I - Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ - Instrução Normativa SRF n.º 748, de 28 de junho de 2007), **emitida a não mais de 60 dias** da data fixada para a entrega dos envelopes com a documentação, demonstrando ser ativa a situação cadastral da licitante

II - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, **com validade na data fixada para a entrega dos envelopes com a documentação**

III - Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, **com validade na data fixada para a entrega do envelope com a documentação**

IV – Prova de regularidade Relativo aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, **com validade na data fixada para a entrega dos envelopes de documentação**

V - Prova de Regularidade de Situação do FGTS – CRF (Lei n.º 8.036/90 - art. 27-a) **com validade na data fixada para a entrega do envelope com a documentação**

VI – Comprovação de inexistência de débitos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943

2.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

I - certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo Cartório distribuidor da sede da licitante, **emitida a não mais de 30 dias** da data

- definida para entrega dos envelopes com a documentação e proposta
- 2.4** Outros
O licitante obriga-se a declarar a superveniência de fato impeditivo da habilitação, observadas as penalidades cabíveis

3 – O Pregoeiro e a equipe de apoio efetuarão consulta ao *site* da Receita Federal na *internet* para certificação sobre a regularidade da inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - **CNPJ**, em observância à Instrução Normativa nº 568, de 8/9/2005, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, confirmando, ainda, a autenticidade dos demais documentos extraídos pela *internet*, junto aos *sites* dos órgãos emissores, para fins de habilitação.

3.1 - Procedida a consulta, serão impressos os comprovantes da autenticidade dos documentos, que serão juntadas aos autos do processo licitatório.

4 - A microempresa - ME e empresa de pequeno porte – EPP deverá apresentar **toda a documentação exigida para a habilitação**, inclusive os **documentos comprobatórios da regularidade fiscal**, mesmo que estes apresentem alguma restrição.

4.1 - Havendo restrição nos documentos comprobatórios da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a ME ou EPP for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do Tribunal, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

4.2 - A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido e aceito pelo Pregoeiro.

4.3 - Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado nos dois dias úteis inicialmente concedidos.

4.4 - A não regularização da documentação, no prazo previsto neste item, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo facultado ao Pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou submeter o processo à Autoridade Competente para revogação.

5 - Os documentos exigidos neste Edital poderão ser apresentados **em original ou por qualquer processo de cópia legível, autenticada por cartório competente**, com exceção dos extraídos pela *internet*, com vigência plena na data fixada para sua apresentação.

5.1 - Serão admitidas fotocópias sem autenticação cartorial, desde que os respectivos originais sejam apresentados ao Pregoeiro ou à Equipe de Apoio para autenticação, durante a sessão do Pregão.

5.2 - Os documentos deverão estar em nome da empresa participante, com número do CNPJ e, preferencialmente, com o endereço respectivo.

6 - Os documentos mencionados neste Título não poderão ser substituídos por qualquer tipo de protocolo ou apresentados por meio de discos magnéticos.

7 - A ausência de documento ou a apresentação dos documentos de habilitação em desacordo com o previsto neste Título **inabilitará** o licitante, sendo aplicado o disposto no item 4.4 do Título V.

8- Em nenhuma hipótese será admitida entrega posterior de qualquer dos documentos exigidos, ressalvados o direito do Pregoeiro em exigir esclarecimentos ou fazer as diligências que julgar necessárias sobre os documentos apresentados.

8.1 – Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, deverá(ão) a(s) detentora(s) manter atualizadas as certidões relacionadas nos subitens 2.5 e 2.6, fazendo prova de sua regularidade, sempre que solicitado pela Administração.

VIII - CRITERIOS DE JULGAMENTO

1 - O critério de julgamento será o de menor preço unitário

2 - Será desclassificada a proposta que:

2.1 - não atenda às exigências estabelecidas no Edital ou em diligência;

2.2 - apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração; ou superestimados ou manifestamente inexeqüíveis, assim considerados nos termos do disposto no art. 44, § 3º e art. 48, II da Lei Federal nº 8.666/93.

2.2.1 - Se o Pregoeiro entender que o preço é inexeqüível, fixará prazo para que o licitante demonstre a exeqüibilidade de seu preço por meio de planilha de custos ou outros documentos.

2.2.2 - Não havendo a comprovação da exeqüibilidade do preço a proposta será desclassificada, sujeitando-se o licitante às sanções legais.

3 - Quaisquer erros de soma e/ou multiplicação apurados na Proposta Comercial serão corrigidos pelo Pregoeiro ou membros da Equipe de Apoio.

3.1- Após anuência do licitante, a correção será consignada em ata de julgamento.

4 - Para efeito de julgamento, serão desconsiderados os valores a partir da terceira casa decimal, se apresentados.

5 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem.

6 - O Pregoeiro, no julgamento das propostas, poderá desconsiderar evidentes falhas formais que não afetem o seu conteúdo.

IX - CREDENCIAMENTO

1 - O licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto ao Pregoeiro, diretamente ou através de seu representante legal que, devidamente identificado e credenciado por meio legal, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse do representado.

2- Somente poderão participar da fase de lances verbais os representantes devidamente credenciados, sendo que a ausência do representante legal da licitante no decurso da sessão pública implicará na decadência de todo e qualquer direito atribuído aos licitantes.

3 - A documentação referente ao credenciamento deverá ser apresentada fora dos envelopes.

4 - O credenciamento será da seguinte forma:

a) se dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado da empresa proponente, deverá ser apresentada cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado; autenticado, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores; no caso de sociedade civil, inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

b) se representante legal, deverá apresentar:

b.1) instrumento público ou particular de procuração, este com a firma do outorgante devidamente reconhecida, e autenticado, em que conste o nome da empresa outorgante, bem como de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, e, também, o nome do outorgado, constando ainda, a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública, interpor recursos, firma quaisquer documentos pertinentes a licitação; ou

b.2) termo de credenciamento/procuração (conforme modelo no Anexo II deste edital) outorgados pelos representantes legais do licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame. Em ambos os casos (b.1 ou b.2), deverá ser acompanhado do ato de investidura do outorgante como dirigente da empresa.

c) se for empresa individual, o registro comercial, devidamente registrado, e autenticado.

5 - É obrigatória a apresentação da cédula de identidade e/ou outro documento com foto (original e/ou autenticada) do estatutário legal ou representante legal que irá participar do pregão.

6 - registro comercial, no caso de empresa individual, ou ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores;

7 - Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial do Estado que a empresa atue, ou seja, tenha firma constituída (a certidão deverá ser emitida no máximo a 60 dias antes da data de abertura dos envelopes).

8 - Declaração de Micro Empresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP), conforme modelo no Anexo V do Edital.

9 - O documento de credenciamento deverá ser apresentado na forma do modelo constante do **Anexo II deste instrumento**.

10 - O credenciamento do licitante ou de seu representante legal implica a presunção de sua capacidade e responsabilidade legal pelos atos praticados.

11 - Caso o contrato social ou estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar o credenciamento para o representante da empresa, a falta de qualquer uma delas invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.

12 - Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatória a presença da licitante ou de seu representante em todas as sessões públicas referentes à licitação.

13 - Todos os documentos, exigidos no presente instrumento convocatório, poderão ser apresentados em original, por processo de cópia autenticada por tabelião e/ou por servidor responsável da Administração.

14 - O Credenciamento será até o encerramento do Registro do último Proponente a apresentar seus envelopes, impreterivelmente, e será efetuado conforme a ordem de chegada dos interessados. Vencido esse prazo, o Pregoeiro declarará encerrado o credenciamento, momento que, não mais será aceito novos proponentes, iniciando em seguida, a abertura da sessão pública.

X - ENTREGA DOS ENVELOPES

1 - Os envelopes “Proposta Comercial” e “Documentação de Habilitação” deverão ser indevassáveis, fechados e entregues ao Pregoeiro, na sessão pública de abertura deste certame, conforme endereço, dia e horário especificados abaixo:
LOCAL: SETOR LICITAÇÃO/ PREGÃO

1.1. Os envelopes indicarão em sua parte externa/frontal os dizeres (sugeridos):

Prefeitura Municipal de Rio Pomba

Licitação nº 0138/2018

Razão Social da licitante:

1.2. O Município não se responsabilizará por envelopes de “Proposta comercial” e “Documentação de Habilitação”, remetidos via postal que não sejam entregues no local, data e horário definido neste edital.

1.3. O licitante deverá entregar, juntamente com os envelopes de proposta de preços e habilitação, mas de forma avulsa, sem inseri-la em qualquer dos dois envelopes mencionados no item 1.1 deste edital, a declaração (**ANEXO VII**) de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, nos termos do art. 4º, VII, da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002.

1.4. A não apresentação da declaração prevista no item acima poderá implicar na desclassificação imediata do licitante.

1.5. Toda a especificação estabelecida para o objeto será tacitamente aceita pelo licitante, no ato da entrega de sua Proposta Comercial.

1.6. O encaminhamento da Proposta Comercial pressupõe pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas neste Edital.

1.7. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Pregão Presencial, assumindo como firme e verdadeira sua proposta e lances.

XI - SESSÃO DO PREGÃO

1- DA ABERTURA DA SESSÃO

1.1. Após o encerramento do credenciamento e identificação dos representantes das empresas proponentes, o Pregoeiro declarará aberta a sessão do Pregão, oportunidade em que não mais aceitará novos proponentes, dando início ao recebimento dos envelopes contendo a Proposta Comercial e os Documentos de Habilitação, exclusivamente dos participantes devidamente credenciados.

XII - CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

1. Abertos os envelopes de Propostas Comerciais, o Pregoeiro verificará a conformidade destas com os requisitos formais e materiais do edital e o atendimento a todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo com o edital.

1.1. Dentre as propostas aceitas, o Pregoeiro classificará em primeiro lugar a proposta de menor preço por item (conforme expresso no **Anexo I**) e as demais que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de maior desconto, para participarem dos lances verbais.

1.2. Se não houver, no mínimo 03 (três) propostas de preços nas condições definidas na cláusula anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subseqüentes, até o máximo de 03 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas apresentadas.

1.3. O critério de julgamento será o de menor preço unitário.

1.4. Será desclassificada a proposta que:

- a)** não se refira à integralidade do objeto;
- b)** não atenda às exigências estabelecidas no Edital ou em diligência;
- c)** apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração; ou superestimados ou manifestamente inexequíveis, assim considerados nos termos do disposto no art. 44, § 3º e art. 48, II da Lei Federal nº 8.666/93.

1.5. Quaisquer erros de soma e/ou multiplicação apurados na Proposta Comercial serão corrigidos pelo Pregoeiro ou membros da Equipe de Apoio.

1.6. Para efeito de julgamento, serão desconsiderados os valores a partir da terceira casa decimal, se apresentados.

1.7. Não se considerará qualquer oferta de vantagem.

1.8. O Pregoeiro, no julgamento das propostas, poderá desconsiderar evidentes falhas formais que não afetem o seu conteúdo.

1.10 - LANCES VERBAIS

1.11. Aos licitantes classificados será dada a oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos, a partir do autor da proposta classificada de menor preço.

1.12. Se duas ou mais propostas escritas, em absoluta igualdade de condições, ficarem empatadas, será realizado sorteio para definir a ordem de apresentação dos lances.

1.13. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço.

1.14. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

1.15. Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado.

1.16. O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor preço com vistas à redução do preço.

1.17. Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do Menor preço.

XIII - HABILITAÇÃO

1- Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação do respectivo proponente.

1.2. A verificação será certificada pelo Pregoeiro, sendo anexados aos autos mesmo os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico.

1.3. Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do item.

1.4. Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo,

verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cuja autora atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarada vencedora.

XIV - IMPUGNAÇÕES, RECURSOS E CONTRARRAZÕES

1 - Impugnações aos termos do Edital poderão ser interpostas por qualquer cidadão ou licitante, desde que encaminhada com antecedência de até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, **conforme artigo 41 § 1º da Lei Federal n.º 8.666/93**, dirigidas ao Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Rio Pomba.

1.1 ser apresentado em uma via original, datilografada ou emitida eletronicamente, contendo razão social, CNPJ e endereço, rubricado em todas as folhas e assinado pelo representante legal ou credenciado do licitante, devidamente comprovado;

1.2 ser protocolizado na Seção de Protocolo da Prefeitura

1.3. Não serão conhecidas as impugnações e os recursos interpostos após o respectivo prazo legal, e/ou subscrito por representante que não comprove poder de representação legal.

1.4. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, nos termos do artigo 4º, inciso XVIII da Lei 10.520/2002.

1.5. O licitante poderá também apresentar as razões do recurso no ato do pregão, as quais serão reduzidas a termo na respectiva ata, ficando todos os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões no prazo de 3 (três) dias corridos, contados da lavratura da ata, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

1.6. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.

1.7. A decisão acerca de recurso interposto será comunicada a todos os licitantes, via fax, email ou outro meio idôneo a critério do Pregoeiro.

1.8. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

1.9. Os recursos e respectivas impugnações cabíveis deverão obedecer aos seguintes requisitos, sob pena de não serem conhecidos:

a) tratando-se de recursos, estes deverão ser dirigidos ao Sr. Prefeito Municipal, aos cuidados do Pregoeiro, no prazo de 03 (três) dias corridos, conforme estabelecido no item 1.2 acima;

b) os recursos deverão ser dirigidos ao Prefeito Municipal, nos casos de anulação ou revogação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 109, inciso I, alínea "c", da Lei Federal nº 8.666/93;

1.10. O Município não se responsabilizará por memoriais de recursos e impugnações endereçados via postal ou por outras formas, entregues em locais diversos das citadas neste instrumento, e que, por isso, não sejam protocolizados no prazo legal.

2 - Os recursos serão decididos no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

XV - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

1 - Inexistindo manifestação recursal o Pregoeiro adjudicará o objeto ao licitante vencedor, competindo à autoridade competente homologar o procedimento licitatório.

2 - Decididos os recursos porventura interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o pregoeiro adjudicará o objeto ao licitante vencedor e encaminhará o processo para homologação pela autoridade competente.

XVI - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO PAGAMENTO

As despesas correrão á conta da seguinte dotação orçamentaria:
2.06.04.122.0001.2.035-33.90.30

1.1. O pagamento será efetuado em 30 dias, pelo valor líquido após as deduções de impostos e taxas determinados pela legislação.

1.2. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir da reapresentação, desde que regularizados.

1.3. Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

XVII - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 1.1.1. recusar em assinar a ata do registro de Preço dentro do prazo estabelecido pelo município;
- 1.1.2. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 1.1.3. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 1.1.4. fraudar na execução do contrato;
- 1.1.5. comportar-se de modo inidôneo;
- 1.1.6. cometer fraude fiscal;
- 1.1.7. não mantiver a proposta.

2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

1.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

1.2.2. multa moratória de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

1.2.3. multa compensatória de 20 % (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

1.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

1.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

1.2.6. impedimento de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até cinco anos;

1.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

1.3.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

1.3.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

1.3.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

XVIII - DA ATA DO REGISTRO DE PREÇOS

1. Homologado o resultado da licitação, respeitada a ordem de classificação, o Município convocará o proponente classificado para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da convocação, assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decair do direito a ter seu preço registrado, na forma do art. 81 da Lei 8.666/93, sem prejuízo das sanções previstas em Lei.

2. O prazo fixado no item anterior poderá ser prorrogado uma única vez e por igual período, desde que a solicitação seja apresentada durante o transcurso do interstício inicial, caso ocorra motivo justo e aceito pelo Município.

3. A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura.

4. A Ata de Registro de Preços servirá para eventual e futura contratação pelo Município de Rio Pomba.

10. VALOR ESTIMADO - O valor estimado para este registro de preços é de R\$ **202.055,42** (duzentos e dois mil, cinquenta e cinco reais e quarenta e dois centavos), sendo que o mesmo gera apenas expectativa de contratação, uma vez que o MUNICÍPIO poderá comprar além ou aquém deste valor.

11 - O gestor responsável deverá realizar o controle dos serviços executados, qualitativa e quantitativamente, visando, inclusive, que não se exceda o limite estimado para a contratação.

XIX - DISPOSIÇÕES GERAIS

1 Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Modelo de Credenciamento;

Anexo III – Modelo Apresentação de Proposta;

Anexo IV – Declaração quanto a Inexistência de Fato Impeditivo da Habilitação;

Anexo V – Declaração de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte

Anexo VI – Minuta da Ata de Registro de Preço

Anexo VII – Declaração do Cumprimento dos Requisitos de Habilitação

Anexo VIII – Modelo Declaração que não emprega menor;

2 - Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, deixar de assinar a Ata de Registro de Preços, o contrato ou o termo equivalente, não tendo solicitado prorrogação de prazo com justificativa aceita pelo Pregoeiro, este examinará as propostas subseqüentes e a habilitação dos licitantes, segundo a ordem de classificação, até a apuração da proposta que atenda ao Edital, podendo ainda, negociar o preço.

3 - O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação ou inabilitação do proponente, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis, penais e cabíveis.

4 - Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se original a ser substituído por cópia reprográfica autenticada.

5 - Na análise da documentação e no julgamento das Propostas Comerciais, o Pregoeiro poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.

6 - Toda a documentação apresentada neste instrumento convocatório e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

7 - O Pregoeiro, no estrito interesse da Administração Pública Municipal, poderá adotar medidas saneadoras durante a realização do certame e, em especial na Sessão do Pregão, e relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, conforme disposto no § 3º do art. 43 da Lei Federal 8.666/93;

8 - Se houver solicitação de documentos em diligências, estes deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada por cartório, sendo possível, ainda, a autenticação dos mesmos pelo Pregoeiro ou Equipe de Apoio.

9 - O não cumprimento da diligência no prazo determinado poderá ensejar a inabilitação do licitante ou a desclassificação da proposta.

10 - Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

11- A participação do licitante nesta licitação implica o conhecimento integral dos termos e condições inseridos neste instrumento convocatório, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.

12 - Será dada vista aos proponentes interessados tanto das Propostas Comerciais como dos Documentos de Habilitação apresentados na sessão.

13 - É vedado ao licitante retirar sua proposta após aberta a sessão do pregão.

14 - A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo o Sr. Prefeito de Rio Pomba revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

15 – O Município de Rio Pomba poderá prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

16 - Para atender a seus interesses, o Município reserva-se no direito de alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, 8.666/93.

17 - As decisões referentes ao certame serão publicadas no quadro de avisos e comunicadas através de ofícios, por fac-símile ou e-mail a todos os licitantes.

18 - Nenhuma indenização será devida às empresas licitantes pela elaboração de proposta ou apresentação de documentos relativos a esta licitação.

Município de Rio Pomba
Av Raul Soares, 15 Centro
Rio Pomba

19 - Fica eleito o foro da Comarca de Rio Pomba, Estado de Minas Gerais, para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação.

Rio Pomba, 18 de dezembro de 2018.

Carla Nolasco Martins Vieira Coimbra
Pregoeira

Visto

Frederico Pereira Pascoalino
OAB 112621

Município de Rio Pomba
 Av Raul Soares, 15 Centro
 Rio Pomba
ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

DO OBJETO

Registro de preço para contratação de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e/ou Microempreendedor Individual (MEI) para aquisição de material aquisição de material hidráulico e esgoto para as atividades da Secretaria Municipal de Obras, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	Discriminação	Unidade	Quant	Preço Unitário	Total do Item
1	Registro de pressão 3/4	UNIDADE	30	33,130	993,90
2	TE 32 MM classe A	UNIDADE	200	2,567	513,33
3	Bucha com parafuso nº 6	UNIDADE	1.000	0,183	183,33
4	Joelho esgoto 90 de 75MM	UNIDADE	100	4,333	433,33
5	Luva PVC marrom 3/4	UNIDADE	200	3,003	600,67
6	Registro de esfera PVC 1 1/2"	UNIDADE	30	49,897	1.496,90
7	Tampão de esgoto de 100MM	UNIDADE	200	6,973	1.394,67
8	Porta papel higiênico	UNIDADE	40	14,530	581,20
9	Porta sabonete	UNIDADE	40	22,000	880,00
10	Rabicho engate p/ Pia 0,40 x 1/2	UNIDADE	100	4,607	460,67
11	Curva esgoto 100	UNIDADE	100	14,210	1.421,00
12	Luva PVC marrom lisa 50MM	UNIDADE	100	3,133	313,33
13	Joelho PVC 90 20MM	UNIDADE	100	0,627	62,67
14	Fita veda rosca	UNIDADE	100	3,333	333,33
15	Caixa de gordura 250 x 230 x 75	UNIDADE	10	48,597	485,97

Município de Rio Pomba
 Av Raul Soares, 15 Centro
 Rio Pomba

16	Torneira plast. Lavatório 1/2U	UNIDADE	30	10,873	326,20
17	Ristro esfera de 1/2	UNIDADE	30	14,137	424,10
18	Bucha p/ torneira	UNIDADE	100	0,703	70,33
19	Flange PVC marron de 60	UNIDADE	30	32,333	970,00
20	Luva de correr PVC marrom 60	UNIDADE	30	14,663	439,90
21	Tampão PVC marrom 1/2	UNIDADE	50	0,907	45,33
22	Tampão PVC marrom 3/4	UNIDADE	50	0,933	46,67
23	Torneirade metal p/ Pia de banheiro	UNIDADE	10	31,717	317,17
24	Boia de 1/2	UNIDADE	30	5,797	173,90
25	Flange PVC 50MM	UNIDADE	10	19,897	198,97
26	Tampão PVC cola de 32MM	UNIDADE	50	1,673	83,67
27	Bucha de redução de 50 p/ 3/4	UNIDADE	20	3,003	60,07
28	Assento para Vaso Sanitário	UNIDADE	30	20,383	611,50
29	Reparo p/ registro de pressão 2/4	UNIDADE	10	31,000	310,00
30	Acabamento de Torneira	UNIDADE	10	15,667	156,67
31	Anel PVC marrom 50Mm	UNIDADE	20	1,767	35,33
32	Anel PVC marrom 75Mm	UNIDADE	20	1,960	39,20
33	Cabeçote de Torneira	UNIDADE	50	7,993	399,67

Município de Rio Pomba
 Av Raul Soares, 15 Centro
 Rio Pomba

34	Caixa D'água 10.000 litros	UNIDADE	5	2.947,967	14.739,83
35	Caixa D'água 5000 litros	UNIDADE	5	1.897,700	9.488,50
36	Curva PVC 1/2	UNIDADE	100	2,237	223,67
37	Luva PVC 1"	UNIDADE	100	3,520	352,00
38	Luva de correr PVC marrom 50	UNIDADE	50	15,983	799,17
39	Luva de correr PVC marrom 3/4	UNIDADE	100	8,663	866,33
40	Luca esgoto de 100MM	UNIDADE	100	4,330	433,00
41	Luva esgoto de 150MM	UNIDADE	100	19,327	1.932,67
42	Luva PVC lisa marrom de 50MM	UNIDADE	100	2,897	289,67
43	Luva PVC lisa marrom de 40MM	UNIDADE	100	2,410	241,00
44	Luva PVC União marrom de 50MM	UNIDADE	100	18,403	1.840,33
45	Mangueira p/ gás de cozinha	UNIDADE	50	6,663	333,17
46	Pia com coluna p/ Banheiro	UNIDADE	5	252,163	1.260,82
47	Redução de PVC 100 p/ 50	UNIDADE	10	5,303	53,03
48	Registro esfera galvanizado 1/2	UNIDADE	10	12,797	127,97
49	Registro esfera galvanizado 3/4	UNIDADE	10	16,460	164,60
50	Registro de esfera PVC 1/2"	UNIDADE	30	6,333	190,00
51	Registro PVC marrom 60MM	UNIDADE	30	40,997	1.229,90

Município de Rio Pomba
 Av Raul Soares, 15 Centro
 Rio Pomba

52	Registro PVC marrom liso 40MM	UNIDADE	40	20,127	805,07
53	TE de PVC 1"	UNIDADE	100	2,697	269,67
54	TE de PVC 3/4	UNIDADE	100	0,990	99,00
55	TE de PVC liso marrom 50MM	UNIDADE	50	6,447	322,33
56	Tampa de Vaso sanitário	UNIDADE	50	21,070	1.053,50
57	Tampão de PVC liso marrom 40	UNIDADE	50	2,793	139,67
58	Válvula p/ Pia N1 603	UNIDADE	10	11,797	117,97
59	Válvula p/ Pia N1 622	UNIDADE	10	18,663	186,63
60	Tanque com 1 cuba	UNIDADE	10	75,530	755,30
61	Mangueira p/ Jardim 20 metros	UNIDADE	5	237,333	1.186,67
62	Tubo PVC de 40MM	UNIDADE	150	5,573	836,00
63	Tubo de cola grande	UNIDADE	100	10,837	1.083,67
64	Torneira de plástico longo	UNIDADE	50	4,663	233,17
65	Torneira p/Lavatório 1/2	UNIDADE	30	10,890	326,70
66	Cavalete de água	UNIDADE	10	48,800	488,00
67	Registro de esfera 3/4 metal	UNIDADE	50	16,740	837,00
68	Mangueira 10 metros	UNIDADE	10	21,667	216,67
69	Caixa D'água 2000 litros	UNIDADE	10	785,330	7.853,30

Município de Rio Pomba
 Av Raul Soares, 15 Centro
 Rio Pomba

70	Joelho PVC 32MM classe A	UNIDADE	100	1,990	199,00
71	Ralo 10cm	UNIDADE	20	6,883	137,67
72	TE PVC 20mm	UNIDADE	100	0,917	91,67
73	Torneira p/ Tanque	UNIDADE	100	21,337	2.133,67
74	Joelho 45 PVC 75mm	UNIDADE	100	5,597	559,67
75	Vaso Sanitário c/caixa	UNIDADE	20	266,667	5.333,33
76	Curva 90 100mm PVC esgoto	UNIDADE	30	14,217	426,50
77	Tubo PVC esgoto 200MM classe A	UNIDADE	100	118,577	11.857,67
78	Tubo PVC marrom liso 40	UNIDADE	100	5,583	558,33
79	Tubo esgoto PVC rigido 100MM	UNIDADE	200	43,140	8.628,00
80	Tubo esgoto PVC rigido 150MM	UNIDADE	200	91,437	18.287,33
81	Tubo PVC 32MM	UNIDADE	100	4,983	498,33
82	Tubo PVC 25MM	UNIDADE	100	6,690	669,00
83	Tubo PVC esgoto 50MM	UNIDADE	100	14,953	1.495,33
84	Tubo PVC marrom 50MM	UNIDADE	100	21,793	2.179,33
85	Tubo PVC marrom 60MM	UNIDADE	100	29,237	2.923,67
86	Adaptador fange 1"	UNIDADE	200	14,390	2.878,00

Município de Rio Pomba
Av Raul Soares, 15 Centro
Rio Pomba

87	Anel de vedação Vaso Sanitário	UNIDADE	100	7,170	717,00
88	Joelho azul 25MM classe A	UNIDADE	50	4,607	230,33
89	Redução 150 x 100MM esgoto	UNIDADE	200	16,510	3.302,00
90	Registro de 25MM	UNIDADE	50	7,693	384,67
91	Adaptador c/ rosca PVC marrom 3/4	UNIDADE	100	0,893	89,33
92	Adaptador de PVC 1/2	UNIDADE	100	0,667	66,67
93	Bucha de redução de 1 p/ 1/2	UNIDADE	100	1,640	164,00
94	Bucha de redução 3/4 p/ 1/2	UNIDADE	100	0,730	73,00
95	Bucha de redução de 60 p/ 50	UNIDADE	30	3,930	117,90
96	Filtro entrada de água p/bebedouro	UNIDADE	30	73,333	2.200,00
97	Filtro p/Bebedouro WP 200	UNIDADE	30	61,663	1.849,90
98	Filtro p/Bebedouro WP 230	UNIDADE	10	99,000	990,00
99	Flange PVC marrom de 3/4	UNIDADE	50	9,570	478,50
100	Joelho PVC marrom de 60	UNIDADE	100	10,843	1.084,33
101	Joelho PVC marrom de 1"	UNIDADE	100	1,973	197,33
102	Luva de PVC 1/2 c/rosca marrom	UNIDADE	100	5,337	533,67
103	Luva de correr PVC marrom 1/2	UNIDADE	100	4,630	463,00

Município de Rio Pomba
 Av Raul Soares, 15 Centro
 Rio Pomba

104	Luva de PVC lisa marrom de 1/2	UNIDADE	200	0,667	133,33
105	Luva PVC união marrom 60MM	UNIDADE	200	13,333	2.666,67
106	Redução de PVC 50 p/ 40	UNIDADE	30	2,217	66,50
107	Registro de esfera PVC 3/4	UNIDADE	100	7,333	733,33
108	Registro de PVC marrom liso 50	UNIDADE	50	34,617	1.730,83
109	Registro PVC marrom 1/2	UNIDADE	50	11,350	567,50
110	Registro PVC marrom 3/4	UNIDADE	50	13,137	656,83
111	Reparo p/ torneira de 1/2	UNIDADE	10	4,417	44,17
112	TE de PVC 1/2 com rosca azul	UNIDADE	100	5,670	567,00
113	TE PVC liso 40 marrom	UNIDADE	100	3,867	386,67
114	TE PVC marrom 50Mm c/ saída 1/2	UNIDADE	100	5,880	588,00
115	Tampão de PVC marrom liso 50	UNIDADE	100	4,473	447,33
116	Tampão esgoto 150MM	UNIDADE	100	15,940	1.594,00
117	Válvula p/Mictório automático	UNIDADE	10	115,667	1.156,67
118	Válvula p/Pia de cozinha	UNIDADE	10	59,317	593,17
119	Válvula p/Pia N1 600	UNIDADE	10	9,997	99,97
120	Tanque c/ 2 cubas	UNIDADE	10	90,583	905,83

Município de Rio Pomba
 Av Raul Soares, 15 Centro
 Rio Pomba

121	Luva PVC lisa de 3/4	UNIDADE	200	0,670	134,00
122	Tubo PVC de 75MM	UNIDADE	150	20,290	3.043,50
123	Adaptador de 3/4	UNIDADE	200	0,883	176,67
124	Joelho de 150MM	UNIDADE	150	27,943	4.191,50
125	Adaptador de PVC 32MM	UNIDADE	100	5,903	590,33
126	Caixa de descarga completa 9 litros	UNIDADE	40	30,107	1.204,27
127	Válvula	UNIDADE	30	6,667	200,00
128	Válvula de descarga	UNIDADE	40	77,570	3.102,80
129	TE de 100	UNIDADE	100	12,663	1.266,33
130	Sifão	UNIDADE	40	7,667	306,67
131	Caixa D'água 1000 litros	UNIDADE	30	347,500	10.425,00
132	Caixa D'água 500 litros	UNIDADE	30	218,533	6.556,00
133	Caixa sifonada 10 x 10 CM	UNIDADE	30	7,550	226,50
134	Caixa sifonada 15 x 15 CM	UNIDADE	30	19,530	585,90
135	Joelho 45 de 40MM	UNIDADE	50	2,500	125,00
136	Joelho de 45 de 32MM	UNIDADE	150	2,437	365,50
137	Te esgoto DN 150MM	UNIDADE	200	36,770	7.354,00
138	Adaptador PVC 25MM	UNIDADE	100	0,877	87,67

Município de Rio Pomba
 Av Raul Soares, 15 Centro
 Rio Pomba

139	Joelho 45 20MM	UNIDADE	100	0,863	86,33
140	Tubo PVC 20MM	UNIDADE	100	5,103	510,33
141	Luva de PVC com STA cano longo	UNIDADE	80	40,000	3.200,00
142	Joelho 90 PVC 40MM	UNIDADE	30	2,323	69,70
143	Joelho 90 PVC esgoto 50MM	UNIDADE	100	2,270	227,00
144	Joelho 90 PVC esgoto 100MM	UNIDADE	150	4,450	667,50
145	Joelho 45 esgoto 100MM	UNIDADE	100	6,937	693,67
146	Joelho PVC marrom 50MM	UNIDADE	100	4,630	463,00
147	Joelho PVC 90 32MM	UNIDADE	100	2,083	208,33
148	Flange p/caixa D'agua 1/2	UNIDADE	50	7,910	395,50
149	Reparo Kit acionamento	UNIDADE	20	23,380	467,60
150	Joelho PVC 90 25MM	UNIDADE	100	0,647	64,67
151	Mecanismo de saída de caixa acoplada	UNIDADE	30	64,797	1.943,90
152	Tubo de ligação flexível p/caixa acoplada	UNIDADE	30	11,913	357,40
153	Acabamento de válvula (Ducal)	UNIDADE	20	31,843	636,87
154	Obturador de caixa acoplada	UNIDADE	30	9,993	299,80
155	Multi reparo válvula (Ducal)	UNIDADE	20	34,570	691,40
156	Bolsa de vedação p/ caixa acoplada	UNIDADE	20	7,797	155,93
				TOTAL ESTIMADO	202.055,42

NORMAS DE FORNECIMENTO DE MATARIAL DE ESGOTO:

Município de Rio Pomba
Av Raul Soares, 15 Centro
Rio Pomba

O RECEBIMENTO DO MATERIAL DE ESGOTO (TUBOS, LUVAS, JOELHO ETC) E INSPEÇÃO DO OBJETO ORA LICITADO, SEGUIRÁ AS SEGUINTE NORMAS:

1.1) No caso de fornecimento de materiais de marcas formalmente participante do Programa Setorial da Qualidade (PSQ), registrada junto ao Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP – Habitat) e que atenda os requisitos especificados pelo PSQ (conforme relatórios publicados pela Entidade de Terceira Parte gestora do PSQ), a mesma poderá ser dispensada da inspeção.

1.2) No caso de fornecimento de materiais de marcas não formalmente participante do PSQ, ou que não atenda os requisitos especificados pelo PSQ, será obrigatório apresentar no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal, laudo de inspeção dos materiais que serão entregues, expedido por laboratórios acreditados pelo INMETRO ou pelos seguintes laboratórios:

- SANEQUALI - Saneamento e Qualidade em Inspeção LTDA - Rua Osório de Castro, 260 - Vila Inglesa - São Paulo-SP, telefone (11) 5671-5818;

- QUALIBIENTAL - Engenharia Arquitetura e Consultoria LTDA - Rua Bruno Lobo, nº 88 - Butantã - São Paulo-SP, telefone (11) 3836-1644;

- L.A. Falcão Bauer Centro Tecnológico de Controle de Qualidade LTDA - Rua Aquinos, nº 111 - Água Branca – São Paulo-SP - telefone (11) 3611-0833; - Instituto de Tecnologia do Paraná

- TECPAR – Rua Prof. Algacyr Munhoz Mader, nº 3.775 - Curitiba - PR - telefone (41) 3316-3000; - LENC - Laboratórios Engenharia e Consultoria LTDA - Rua Catequese nº 78 - São Paulo – SP - telefone: (11) 2134-7577;

- EPT Engenharia e Pesquisas Tecnológicas S/A - Av. São José nº 450- Osasco - SP - telefone: (11) 3879-9449. 2.3) Em qualquer uma das alternativas apresentadas acima, todas as expensas serão de responsabilidade do fornecedor.

JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

A Secretaria de Obras solicita a abertura de registro de preços para a aquisição de material hidráulico e esgoto tendo em vista que os mesmos poderão ser utilizados para manutenções, reformas, entre outras necessidades que possam vir a surgir.

CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

O objeto a ser contratado é comum nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.

ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

Os materiais de construção deverão ser entregues na Secretaria de Obras, localizada na Rua Messias Pereira Bahia, 81, Bairro Pref. Homem de Faria, Rio Pomba/MG ou em outro local previamente determinado, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados a partir do recebimento da ordem de fornecimento

Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (dias) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação mediante termo circunstanciado.

Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da Contratante:

- Efetuar o pagamento no **prazo de até 30 (trinta) dias**, a contar da certificação de que os bens foram aceitos pelo Setor requisitante, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura contendo a descrição dos serviços, quantidades, preços unitários e o valor total, nota de entrega atestada e comprovante de recolhimento de multas aplicadas, se houver, e dos encargos sociais;
- Realizar rigorosa conferência das características dos bens entregues somente atestando os documentos da despesa quando comprovada a entrega total, fiel e correta dos bens ou de parte da entrega a que se referirem.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- Assinar a Ata de Registro de Preço;
- Obedecer às especificações dos materiais contidas no Termo de Referência;
- Entregar o objeto fornecido no setor requisitante, no prazo estabelecido;
- Substituir, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, os materiais que não estejam em conformidade;
- Garantir que os materiais fornecidos atendam as exigências do Termo de Referência e que os mesmos serão entregues com toda segurança de forma a preservar a integridade dos produtos, no local indicado pela contratada;
- Além das especificações do edital deverão ser observadas as prescrições a seguir:
- Os materiais deverão ser fornecidos conforme especificação do material, acondicionados em embalagens que certifiquem sua procedência, espécie, composição, validade, fabricação, etc.
- Nos preços cotados deverão estar inclusos os custos de transporte, carga, seguro, impostos, taxas, frete, embalagens e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens desta Licitação
- Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

ALTERAÇÃO SUBJETIVA

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- Fraudar na execução do contrato;
- Comportar-se de modo inidôneo;
- Cometer fraude fiscal;
- Não manter a proposta.

A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
- Multa compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- Impedimento de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até cinco anos;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

DA VIGÊNCIA

O Registro de Preços terá vigência durante um período de 12 (doze) meses.

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O Fornecedor Registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) Deixar de cumprir fielmente as obrigações legais;

- b) Incidir em qualquer uma das hipóteses previstas na cláusula das Penalidades;
- c) Causar qualquer dano ao Patrimônio Público, que não possa ser recuperado;
- d) Praticar atos fraudulentos no intuito de auferir vantagem ilícita;
- e) Ficar evidenciada a incapacidade de cumprimento das obrigações assumidas, devidamente caracterizada em relatório da fiscalização;
- f) Quando o FORNECEDOR REGISTRADO/Detentor da Ata, mediante comunicação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do Compromisso do fornecimento;
- g) Por decurso de prazo de vigência;
- h) Não restarem fornecedores registrados.
- i) Não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- j) Não realizar o fornecimento no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;
- k) Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial desta Ata decorrente de Registro de Preços;
- l) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e o FORNECEDOR REGISTRADO recusar-se a baixá-los, após solicitação expressa da Secretaria;
- m) Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração Pública;
- n) A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos nesta Cláusula, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao Registro de Preços

O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução do objeto desta Ata, decorrente de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.

DA ALTERAÇÃO DE PREÇOS E DO CONTROLE

Os preços serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do artigo 65 da lei 8.666/93 ou da redução de preços praticados no mercado.

Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar esta Ata e iniciar outro processo licitatório.

A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar os Fornecedores registrados para negociar o novo valor.

Caso o FORNECEDOR REGISTRADO se recuse a baixar os seus preços, o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá cancelar o registro ou convocar todos os fornecedores registrados para oferecerem novas propostas, gerando novo julgamento e adjudicação para esse fim.

Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas aplicáveis à espécie.

O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

O ÓRGÃO GERENCIADOR adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata

ANEXO II

MODELO DE CREDENCIAMENTO

A (nome da empresa), CNPJ n.º _____, com sede na _____, neste ato representada pelo(s) (diretores ou sócios, com qualificação completa – nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu(s) Procurador(es) o _____ Senhor(es) (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), a quem confere(m) amplos poderes para junto ao Governo do Município de Rio Pomba Estado de Minas Gerais, praticar os atos necessários para representar a outorgante na licitação na modalidade de pregão presencial n.º ____ (ou de forma genérica para licitações em geral), usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, interpô-los, apresentar lances verbais, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer esta para outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom firme e valioso, e, em especial, para (se for o caso de apenas uma licitação).

Local e data.

Nome/assinatura

1) Reconhecer firma(s)

2) Anexar cópia da carteira de Identidade

Município de Rio Pomba
Av Raul Soares, 15 Centro
Rio Pomba

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA
(usar papel timbrado na empresa)

À PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO POMBA, Minas Gerais

A empresa _____, neste ato representada por _____ (qualificação: nacionalidade, estado civil, cargo), em atendimento ao disposto no Edital do Pregão Presencial após análise do referido instrumento convocatório e tendo pleno conhecimento do seu conteúdo, se propõe a fornecer as mercadorias objeto da licitação, sob sua inteira responsabilidade, nas condições a seguir:

1. OBJETO: Registro de preço para contratação de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e/ou Microempreendedor Individual (MEI) para aquisição de material hidráulico e esgoto para as atividades da Secretaria Municipal de Obras.

2. Proposta Comercial

Item	Discriminação	Unid	Quant	Marca	Preço unitário	Preço total
1						

3. A validade da presente proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da abertura, observado o disposto no *caput* e parágrafo único do art. 110 da Lei nº 8.666/93;

4. Os dados da nossa empresa são:

- a) Razão Social: _____
b) CGC (MF) nº: _____ Insc. Estadual nº.: _____
c) Endereço: _____
d) Fone/Fax: _____ E-mail: _____
e) Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____
f) Banco _____ Agência nº: _____ Conta nº: _____

De acordo com a legislação em vigor, eu, _____, CPF/MF nº _____, declaro estar ciente da responsabilidade que assumo pelas informações constantes desta ficha de cadastro.

_____, ____ de _____ de _____.

Assinatura e carimbo
(representante legal)

Município de Rio Pomba
Av Raul Soares, 15 Centro
Rio Pomba

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO À HABILITAÇÃO

À
Prefeitura Municipal de Rio Pomba
A/C Pregoeiro
Referência: Pregão Presencial

Prezado Senhor,
A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, neste ato representada por _____ (qualificação: nacionalidade, estado civil, cargo ocupado na empresa), em atendimento ao disposto no Edital do Pregão, vem perante a Vossa Senhoria DECLARAR que não existem impedimentos à habilitação da mesma na presente licitação, encontrando-se, pois, em condições de cumprir todas as exigências do instrumento convocatório e da legislação.

Atenciosamente.

Data e local

Nome e assinatura do Diretor ou Representante Legal

Obs.: Esta declaração deverá ser entregue externo ao envelope de proposta.

Município de Rio Pomba
Av Raul Soares, 15 Centro
Rio Pomba
ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO

Processo nº. 306/2018 – Pregão Presencial nº 1382018.

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por seu representante legal o Sr. (a) _____, portador da cédula de identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da Lei, para fins do disposto no Inciso III do Artigo 1º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, que cumpre os requisitos estabelecidos em seu Artigo 3º e está apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido no Capítulo V – Seção Única daquela Lei Complementar.

Declaro ainda, que não existe qualquer impedimento entre os previstos nos Incisos do §4º do Artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/2006.

Por ser verdade, firmo a presente.

Local e Data

Nome

Nome e assinatura da Licitante

Obs.: Esta declaração deverá ser entregue externo ao envelope de proposta.

ANEXO VI
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Rio Pomba, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 17.744.434/0001-07 representado(a) pelo(a) Marcos Pascoalino, prefeito Municipal, inscrito(a) no CPF sob o nºportador(a) da Carteira de Identidade nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma presencial, para REGISTRO DE PREÇOS, processo administrativo n.º 306/2018, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de preço para aquisição de material de construção, especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo do edital de *Pregão* nº 0138/2018, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)						
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Valor Un	Prazo garantia ou validade

3. VALIDADE DA ATA

3.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir do(a)....., não podendo ser prorrogada.

4. REVISÃO E CANCELAMENTO

4.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

4.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

4.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

4.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

4.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

4.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

4.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

4.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

4.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

4.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

4.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

4.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

4.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

4.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.6.1, 5.6.2 e 5.6.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

4.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

4.9.1. por razão de interesse público; ou

4.9.2. a pedido do fornecedor.

5. CONDIÇÕES GERAIS

Município de Rio Pomba
Av Raul Soares, 15 Centro
Rio Pomba

5.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

5.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (...) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data
Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s)
fornecedor(s) registrado(s)

Município de Rio Pomba
Av Raul Soares, 15 Centro
Rio Pomba

Anexo VII
MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE
HABILITAÇÃO

Licitação 0138/2018

Pregão com procedimento presencial

NOME ou RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE, inscrita no CPF ou CNPJ sob o número....., com residência ou sede à Rua (Av.), n.º....., Bairro....., na cidade deEstado de, CEP....., por seu representante legal abaixo assinado, declara, sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação para participação no procedimento licitatório em referência.

Local e Data

Assinatura do representante legal da licitante
Nome do representante legal da licitante

Município de Rio Pomba
Av Raul Soares, 15 Centro
Rio Pomba

Anexo VIII
MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE QUANTO AO
EMPREGO DE MÃO-DE-OBRA DE MENORES

Licitação 0138/2018

Pregão com procedimento presencial

NOME ou RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE, inscrita no CPF ou CNPJ sob o número , com residência ou sede à Rua (Av.) , n.º..... , Bairro..... , na cidade de Estado de , CEP..... , por seu representante legal abaixo assinado, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei no 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

Local e Data

Assinatura do representante legal da licitante
Nome do representante legal da licitante